

Programa institucional de apoio à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior

Dorisvaldo Rodrigues da Silva¹

Elisabeth Rossetto²

Ênio Rodrigues da Rosa³

Jane Peruzo Iacono⁴

Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da Silva⁵

Resumo:

Este artigo apresenta o processo de constituição do Programa Institucional de Apoio à Inclusão de Pessoas com Deficiência na UNIOESTE. O programa foi instituído em 1997 e tem conseguido avançar no processo de inclusão, propiciando já na época do vestibular, a constituição de bancas especiais, de leitores para cegos e intérprete de LIBRAS e computadores com sistema DOSVOX. Para atender o acadêmico na universidade, produz material didático adaptado, garante intérprete de LIBRAS em sala de aula e tem se consolidado por meio da participação em discussões com outras entidades de pessoas com deficiência e universidades estaduais do Paraná.

Palavras-chave:

Deficientes-Educação. Ensino superior. Inclusão social. Cegos-Educação.

Institutional Program of support for inclusion of people with special needs in higher education

Abstract:

This article discusses the process of the constitution of the Institutional Program of Support to the Inclusion of People with Special Needs at UNIOESTE. The program was instituted in 1997 and has been able to advance in the inclusionary process, offering at the time of the college entrance exam, the formation of special review committees, of readers for the blind and interpreters of Sign Language (LIBRAS) and computers with the DOSVOX system. To serve university students, it produces adapted didactic material, guarantees Sign language interpretation in the classroom and has been consolidated as a means of participation in discussions with other entities for people with special needs at Paran  s state universities.

Key words:

Special needs-Education. Higher Education. Social inclusion. Blind people-Education.

Introdução

A trajetória educacional da maioria das pessoas com deficiência no município de Cascavel, iniciou-se por meio do atendimento de entidades particulares e com caráter filantrópico-assistencial.

Em 1972, surge na cidade a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sendo a única opção durante vários anos para famílias que possuíam filhos com algum tipo de deficiência. A próxima entidade, fundada em 1976, foi a Associação Cascavelense dos Amigos de Surdos, mantenedora da Escola Tia Amélia, hoje Escola Especializada de Ensino Fundamental.

Embora em 1975, dois anos após a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), já estivesse nos planos do governo federal a instalação de uma rede de serviços especializados de apoio às pessoas com deficiência visual nas escolas comuns (VENTURINI, 1975), até meados da década de 1980, a presença do Estado no município foi praticamente nula, principalmente na garantia de ofertar educação escolar a este segmento social.

Com a demanda de outras áreas de deficiência, na década de 1980 foram fundadas na cidade outras entidades, tais como, a Sociedade Beneficente dos Paraplégicos de Cascavel (SBPC), a Associação dos Portadores de Fissura Labiopalatal (APOFILAB), que é a mantenedora do CENTRINHO; a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI).

Para viabilizar a formação de professores especializados para as diversas áreas de deficiências, foi firmado um convênio entre o Departamento da Educação Especial (DEE), da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE), para oferecer o Curso de Estudos Adicionais em nível de 2º grau – hoje Ensino Médio –, ainda na antiga FECIVEL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cascavel, no início da década de 80.

Com a formação de professores especializados, o Departamento de Educação Especial (DEE), abre no município de Cascavel dois programas de atendimento especializado, um na área da deficiência visual e outro na área da deficiência auditiva. Decorrente desta condição, em 1987, foi criado o Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV), que se transformou num pólo aglutinador de pessoas com deficiência visual. Da mesma maneira, o Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Auditivos (CAEDA), também cumpre esta função com os surdos. Esses dois programas marcaram o início da presença do Estado em termos de atendimento, o que permitiu implementar o

Introdução

A trajetória educacional da maioria das pessoas com deficiência no município de Cascavel, iniciou-se por meio do atendimento de entidades particulares e com caráter filantrópico-assistencial.

Em 1972, surge na cidade a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sendo a única opção durante vários anos para famílias que possuíam filhos com algum tipo de deficiência. A próxima entidade, fundada em 1976, foi a Associação Cascavelense dos Amigos de Surdos, mantenedora da Escola Tia Amélia, hoje Escola Especializada de Ensino Fundamental.

Embora em 1975, dois anos após a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), já estivesse nos planos do governo federal a instalação de uma rede de serviços especializados de apoio às pessoas com deficiência visual nas escolas comuns (VENTURINI, 1975), até meados da década de 1980, a presença do Estado no município foi praticamente nula, principalmente na garantia de ofertar educação escolar a este segmento social.

Com a demanda de outras áreas de deficiência, na década de 1980 foram fundadas na cidade outras entidades, tais como, a Sociedade Beneficente dos Paraplégicos de Cascavel (SBPC), a Associação dos Portadores de Fissura Labiopalatal (APOFILAB), que é a mantenedora do CENTRINHO; a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI).

Para viabilizar a formação de professores especializados para as diversas áreas de deficiências, foi firmado um convênio entre o Departamento da Educação Especial (DEE), da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a Universidade Estadual do Oeste (UNIOESTE), para oferecer o Curso de Estudos Adicionais em nível de 2º grau – hoje Ensino Médio –, ainda na antiga FECIVEL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cascavel, no início da década de 80.

Com a formação de professores especializados, o Departamento de Educação Especial (DEE), abre no município de Cascavel dois programas de atendimento especializado, um na área da deficiência visual e outro na área da deficiência auditiva. Decorrente desta condição, em 1987, foi criado o Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV), que se transformou num pólo aglutinador de pessoas com deficiência visual. Da mesma maneira, o Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Auditivos (CAEDA), também cumpre esta função com os surdos. Esses dois programas marcaram o início da presença do Estado em termos de atendimento, o que permitiu implementar o

ingresso de alunos com deficiência na rede pública comum de ensino, no município de Cascavel.

Por volta do início dos anos de 1990, abre-se uma nova fase no movimento das pessoas com deficiência, na medida em que elas próprias passam a se organizar, falando por elas mesmas, de certa forma, influenciadas pelas mobilizações que cresciam no país em torno da constituinte e da consolidação de alguns direitos na Constituição Federal de 1988. Estavam ativamente envolvidas neste processo e chegava o momento de fazer a pressão política com o objetivo de transformar a Lei em realidade. Nessa perspectiva, surge em Cascavel, em 1994, o Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, como o resultado de outra mobilização: a criação de entidades de pessoas com deficiência, tais como, a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI); a Associação dos Surdos de Cascavel (SURDOVEL), a Associação de Deficientes Físicos de Cascavel (ADEFICA) e o Centro de Vida Independente (CVI).

Por que um programa de apoio a alunos com necessidades especiais na UNIOESTE

Uma profunda identidade sócio-cultural, econômica e histórica fez surgir a UNIOESTE em 1987. Nasceu da fusão e transformação em instituição estadual, de quatro faculdades municipais: FACIVEL de Cascavel; FACISA, de Foz do Iguaçu; FACIMAR de Marechal Cândido Rondon; e FACITOL de Toledo, oferecendo ensino público e gratuito, inicialmente como fundação, depois na condição de autarquia.

O reconhecimento como universidade veio em dezembro de 1994, ano em que foi anunciado o projeto de expansão, tanto de sua estrutura física como de seus cursos. Dando continuidade ao projeto de expansão, em 1998, a UNIOESTE passou a contar com mais um campus, o de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná, além de extensões de alguns cursos em Santa Helena, Medianeira e Palotina. A partir do final do ano 2000, o Hospital Universitário do Oeste do Paraná passou a integrar a estrutura da UNIOESTE.

Hoje, a UNIOESTE é uma instituição multicampi, formada por 93.005,61 m² de área construída, 11.909 acadêmicos, 1.180 professores, 1.193 funcionários, 16 centros por área de conhecimento, 18 órgãos de apoio e suplementares, 231 laboratórios, 71 cursos de graduação, 48 cursos de especialização, cinco

curso de mestrado, 196.000 volumes no acervo bibliográfico, abrangendo uma região formada por 92 municípios.

O Programa Institucional de Ações Relativas as Pessoas com Deficiência (PEE) surgiu como sendo o resultado de um movimento social externo à Universidade. Observou-se que, na medida em que as pessoas com deficiência foram vencendo fases do processo educacional, o ingresso na universidade despontou como um objetivo possível. Assim, em face das exigências, a UNIOESTE foi compelida a criar as condições para assegurar o acesso e a permanência desses alunos no ensino superior.

A luta pela criação e institucionalização do Programa Institucional de Ações Relativas as Pessoas com Deficiência (PEE) demandou ações necessárias e até então inéditas na universidade, naquele momento, e que diziam respeito a, além da adaptação dos textos que os alunos com deficiência visual deveriam ler, outras de cunho mais político, pois as necessidades objetivas dos alunos sequer eram ouvidas ou levadas em conta.

Além das dificuldades relacionadas ao acesso dos alunos cegos para cursar Pedagogia, outra questão se coloca. Se havia tantos obstáculos impedindo-lhes a apropriação efetiva dos conhecimentos em seu curso, como justificar que este mesmo curso faz a formação de professores que, nos seus espaços de trabalho, irão encontrar outros alunos com deficiência? Esta questão tão importante, encontrava-se no bojo da situação enfrentada pelos alunos com deficiência visual que haviam adentrado a Universidade e remetia a duas outras situações. A primeira dizia respeito à questão que veio a se tornar extremamente polêmica na educação brasileira, que é a inclusão escolar de alunos com deficiência (BUENO, 1993). Ora, se no espaço da universidade estes alunos não têm as condições necessárias para garantir a sua formação acadêmica, como poderão eles, depois de já formados, atuarem como pedagogos em escolas / espaços educativos que não reconhecem as diferenças?

Em 1995, uma estudante com visão reduzida, que utilizava a lupa manual para leitura de textos, prestou vestibular para o Curso de Pedagogia, tendo solicitado prova ampliada o que não lhe foi concedido, não sendo aprovada naquele ano. No ano seguinte, inscreveu-se novamente para o vestibular, solicitou prova ampliada, sendo então atendida, mas somente a partir da intervenção de uma professora especialista que atuava no curso de formação de professores para a Educação Especial. Esta condição culminou com o ingresso da estudante na

instituição, garantindo também a ela a ampliação dos textos que necessitava para estudar no decorrer do curso de graduação.

Em 1997, ingressou na Universidade um estudante cego, aprovado em 1º lugar no vestibular do curso de Pedagogia. No decorrer da primeira semana de aula realizou-se uma manifestação com a participação da Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI) junto ao chefe do Departamento de Educação, ao Coordenador do Colegiado do Curso de Pedagogia, ao Pró Reitor de Graduação, aos Diretores do *Campus* e do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), para reivindicar a estrutura necessária para a produção dos materiais para esse acadêmico.

Embora todas as instâncias internas da universidade, citadas acima, tivessem se comprometido com a viabilização da estrutura, foi delegada ao Centro Acadêmico de Pedagogia, de forma emergencial, a responsabilidade pela adaptação dos textos. Fato este que não foi aceito pelo aluno cego, uma vez que o mesmo tinha a clareza de que o compromisso com o trabalho de adaptação dos materiais, não deveria estar vinculado ao âmbito da caridade, da filantropia, mas deveria ser de inteira responsabilidade da universidade, de forma institucional (BRASIL, 1999).

Com o objetivo de demonstrar a necessidade de um olhar específico para com a área, o aluno cego redigiu em braille um trabalho da disciplina de Estatística, o qual não pôde ser lido nem pela professora da área e nem pela coordenadora do colegiado, fato que confirmou a necessidade de planejar ações para dar apoio para aquele aluno.

Dessa forma, houve o convencimento de que deveriam ser agilizados os meios necessários para o aluno estudar, na medida em que a Pró-Reitoria de Graduação cedeu um funcionário duas vezes por semana, para gravar os textos em fitas cassete para que pudessem ser “lidos” auditivamente pelo aluno. Encaminhou-se ainda a compra de uma impressora Braille e de um computador com o programa DOSVOX – sintetizador de voz que permite acesso à leitura de quaisquer textos – e, ainda, uma pequena sala.

Em meados do ano de 1997, o funcionário recusou-se a continuar a gravar os textos, provocando um acúmulo de leituras não efetuadas pelo aluno, o que comprometia a qualidade de sua aprendizagem na universidade. Como o problema protelava-se indefinidamente e, tendo-se esgotado todas as formas de reivindicação internas à universidade, o aluno procurou os órgãos de comunicação,

ameaçando inclusive iniciar um processo de greve de fome se o problema não se resolvesse.

A partir da explicitação pública da problemática, a universidade contratou um funcionário exclusivo para apoio ao acadêmico, a impressora Braille e mobiliário para a sala finalmente foram comprados. Assim, concretamente, a necessidade de criar um programa que atendesse a educação especial, no âmbito da universidade, estava posta.

A consolidação do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PEE)

O PEE foi instituído na UNIOESTE em 1997, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) pela Resolução 323/97 (UNIOESTE, 2005), fato que incluiu a universidade entre as dez primeiras universidades do Brasil a oferecer e manter atividades desta natureza no ensino superior. Desde então, diversas atividades são realizadas internamente e externamente junto às associações de pessoas com deficiência e aos órgãos públicos que atuam na área. Hoje, o PEE é regulamentado pela Resolução 127/2002 – CEPE (UNIOESTE, 2005), que aprovou o Regulamento dos Processos de Ingresso e Permanência de Pessoas com Necessidades Especiais na UNIOESTE.

O PEE constitui o espaço de desenvolvimento de ações voltadas às pessoas que necessitam de condições educacionais específicas, sejam elas temporárias ou permanentes, e tem como objetivo principal viabilizar o ingresso e a permanência destas pessoas no ensino superior. Atua junto aos colegiados dos cursos de graduação por meio dos docentes, colaboradores do programa, e de acadêmicos que utilizam seus serviços. Além disso, atua junto aos demais setores da universidade por meio das Pró-Reitorias de Graduação e Extensão.

Por meio do PEE a UNIOESTE integra o Fórum Nacional de Educação Especial das Universidades Brasileiras, o Fórum Paranaense das Universidades e, em Cascavel, o Fórum Municipal em defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com a preocupação de garantir o exercício da cidadania, no que se refere ao acesso ao ensino superior público para pessoas com deficiência, o PEE é responsável pela instalação de bancas especiais nos concursos vestibulares como forma de ingresso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior. As bancas especiais têm o objetivo de concretizar a igualdade de condições para o

referido acesso. Para cada área de deficiência existem algumas metodologias de trabalho e recursos que são específicos. Este trabalho se efetiva por meio da organização de locais e a disponibilidade de mobiliários adaptados, de provas ampliadas, de bancas com leitor, de intérprete de LIBRAS, de gráficos em relevo, de máquinas *Perkins*, do sistema DOSVOX e do trabalho de fiscais com conhecimentos para atender às necessidades do candidato.

Com a aprovação de candidatos com deficiência no concurso vestibular, já na matrícula são indicadas as necessidades para a permanência na graduação, com condições que possibilitem a aprendizagem e a participação desses alunos na vida acadêmica da Universidade.

No concurso vestibular/2004 constatou-se o maior número de candidatos que requereram banca especial, quarenta e nove candidatos com necessidades especiais. O quadro 1 demonstra o resultado estatístico das ações desenvolvidas pelo programa no período de 1997 a 2005.

<i>Campus</i>	Nº de solicitação de Banca Especial 1997 a 2005	Nº Alunos matriculados/com necessidades educativas específicas 1997 a 2005	Graduados/ Pós-graduandos	Nº Alunos Atendidos 1997 a 2005
Cascavel	112	11	9	23 ¹
Foz do Iguaçu	41	0	0	0
Francisco Beltrão	29	5	0	5
Mal. Cândido	17	1	0	1
Rondon	42	6	0	6
Total	241²	23	9	3

Quadro 1: Dados estatísticos do PEE referentes ao período de 1996 a 2005

Outras ações priorizadas no decorrer desses anos estão relacionadas à acessibilidade, principalmente quanto à implantação de linhas-guia para cegos e espaço reservado no estacionamento para pessoas com deficiência física, na própria universidade e outras adaptações em seu entorno.

Outra atuação relevante da universidade refere-se à formação de professores que, em função do respaldo legal dado por conta da Portaria 1793/97 – MEC (BRASIL, 2005), fez com que o curso de Pedagogia do *Campus* de Cascavel e da

Extensão, no município de Santa Helena, garantisse em seu projeto político-pedagógico a disciplina de Fundamentos da Educação Especial, com duração de 120 horas. Espera-se que essa implantação também se efetive nos demais cursos de licenciatura.

Quanto ao acesso de funcionários com deficiência para trabalhar na Universidade, o PEE, em anos anteriores, teve atuação efetiva nesse processo de inserção, observando o cumprimento da legislação de reserva de vagas, a qual determina que até 5% das vagas em concursos públicos sejam destinadas aos candidatos com deficiência. Os resultados dessas medidas têm sido o ingresso de servidores técnicos e de docentes com deficiência na instituição.

As ações do PEE também estão voltadas a atividades de extensão, sendo que no período de 1997 a 2005 foram promovidos os eventos que seguem.

- Curso de Extensão – Leitura e Escrita no Sistema Braille;
- Curso de Extensão – Sorobã;
- Curso de Extensão – Iniciação ao DOSVOX;
- I Encontro de Cegos do Ensino Superior;
- Oficina de Educação para Surdos;
- Seminário para Regulamentação dos Procedimentos de Ingresso e Permanência de Pessoas com Necessidades Especiais na UNIOESTE;
- Grupo de Estudos sobre Deficiência Visual;
- V Seminário de Cegos – A Inserção dos Cegos na Sociedade;
- Seminário “Princípios para a Educação Especial e a Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão”, em 8.10.2004;
- Acessibilidade à Informática para as Pessoas com Deficiência Visual;
- Capacitação na Área Visual;
- Projeto de Extensão – “Trajetória escolar e terminalidade acadêmica para alunos com deficiência mental: até onde eles podem chegar?”
- Participação no curso “Desenvolvimento humano nas organizações”, com um tópico denominado “Pessoa com deficiência: conhecer para não discriminar”;
- Colaboração na organização do curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos, com a temática “O cego enquanto agente político: necessidade e significado de sua participação nos embates sociais”;
- II Seminário de Educação Especial “Educação Inclusiva: concepções, perspectivas e desafios”;

- Projeto de extensão “Pessoa com deficiência: conhecendo para não discriminar”, junto a associações comunitárias;
- Encontros com os calouros no *campus* de Cascavel (CECA e CCET) sobre “Pessoa com deficiência: conhecendo para não discriminar”.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo PEE aconteceu a partir de 2002, no sentido de garantir a permanência de uma aluna surda no Curso de Pedagogia. Assim, a contratação de uma professora intérprete estabelece um avanço significativo nesse sentido, fato que coloca a UNIOESTE como uma das primeiras Universidades a adotar efetivamente esta prática para o atendimento de alunos surdos. Ressalva-se, no entanto, que só a atuação dessa profissional não é suficiente para garantir a permanência dessa aluna no ensino superior, outras ações neste sentido se fazem necessárias.

Naquele mesmo ano, realizou-se também a Oficina de Educação de Surdos, atendendo necessidades relacionadas ao ingresso de uma aluna surda no Curso de Pedagogia. Essa atividade foi destinada a professores, alunos e funcionários da Universidade, objetivando trabalhar as questões de relacionamento com a pessoa surda.

Em 2003 foram realizadas duas palestras, uma com a Professora Ronice Müller de Quadros (Universidade Federal de Santa Catarina) e outra com o Professor José Geraldo Silveira Bueno (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), cuja finalidade foi buscar orientações de cunho teórico-metodológico sobre a educação do surdo no ensino superior.

No que se refere à deficiência visual, além, de todo o acompanhamento a estes alunos e respectivos colegas, o PEE conta com um grupo de estudos nesta área, envolvendo professores, acadêmicos da UNIOESTE e professores da rede municipal e estadual de ensino de Cascavel e de municípios vizinhos.

Situação do PEE em 2005

O PEE está estruturado no formato multicampi, possuindo uma coordenação geral em Cascavel, *locus* com o maior número de profissionais que atuam na extensão, maior participação de membros da comunidade externa nas atividades extensionistas e maior número de pessoas que utilizam os serviços oferecidos pelo Programa. Os *campi* de Francisco Beltrão, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon são atendidos por sub-coordenações.

No *campus* de Cascavel encontram-se matriculados alunos de graduação e pós-graduação e nos *campi* de Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e

Toledo encontram-se matriculados apenas alunos em cursos de graduação. Já o *campus* de Foz do Iguaçu realiza apenas atividades relacionadas ao concurso vestibular. O quadro 2 apresentada a seguir demonstra os dados estatísticos referentes a alunos que utilizam os serviços prestados pelo Programa em 2005.

Campus	Curso	Série	Quant.	Deficiência	Sexo
Cascavel	Ciências Biológicas	-	1	Visão reduzida	Masculino
Cascavel	Ciências Econômicas	1 ^a	1	Visão reduzida	Masculino
Cascavel	Matemática	4 ^a	1	Visão reduzida	Feminino
Cascavel	Pedagogia	4 ^a	1	Visão Reduzida	Masculino
Cascavel	Pedagogia	2 ^a	1	Surdos	Feminino
Cascavel	Pedagogia	1 ^a	1	Surdos	Masculino
Cascavel	Letras	3 ^a	1	Visão reduzida	Feminino
Cascavel	Especialização em História da Educação		1	Cego	Masculino
			1	Tetraplégica	Feminino
Cascavel	Especialização em Fundamentos da Educação		1	Cega	Feminino
			1	Visão reduzida	Masculino
Toledo	Ciências Sociais	2 ^a	1	Cega	Feminino
Toledo	Ciências Sociais	2 ^a	1	Cego	Masculino
Toledo	Secretariado	3 ^a	1	Visão reduzida	Masculino
Francisco Beltrão	Pedagogia	2 ^a	1	Cega	Feminino
Francisco Beltrão	Direito	1 ^a	1	Cego	Masculino
Mal. Cândido Rondon	História	1 ^a	1	Visão reduzida	Masculino

Quadro 2: Estatística de pessoas com deficiência que usam os serviços do PEE em 2005

Fonte: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (UNIOESTE/PR).

Observa-se que o *campus* de Cascavel possui maior concentração de alunos graduandos e pós-graduandos que utilizam os serviços do PEE. Este fato pode ser decorrente do movimento social organizado neste município atrelado ao com-

promisso de professores da área de educação especial presentes desde a Educação Infantil ao Ensino Superior e por sua vez fazem parte do Fórum Municipal em Defesa das Pessoas com Deficiência.

A concepção de educação que o PEE toma para si, como norteadora de suas ações, está pautada na totalidade social, sendo a educação constituída na sociedade e para a sociedade. Nesse sentido, a educação possui vários condicionantes sociais, como a política, a economia, a cultura, a ideologia, o aspecto social e a história.

A pessoa com deficiência é uma pessoa concreta, inserida num contexto sócio-histórico, logo é resultante destes condicionantes sociais. Segundo Saviani (1983), estes aspectos estão articulados num movimento dinâmico e recíproco, num processo constante de transformação em que as forças opostas, numa relação contrária, trazem o novo, ou seja, o germe da sua própria mudança, pelas contradições inerentes a ela mesma.

A educação, nessa concepção, tem a função de buscar a tomada de consciência de uma nova forma de organização social e, logo, de um novo modo de conceber a pessoa com deficiência neste novo contexto social.

Assim, alicerçada na concepção materialista-histórica a equipe do PEE procura realizar análises, ações, com vistas ao desvelamento das contradições presentes na educação e na sociedade, com o intuito de “superar” aspectos postos no cotidiano que influenciam a vida acadêmica das pessoas com deficiência, p.ex., os direitos garantidos na letra da lei, mas que na prática estão muito aquém do necessário, fato observado na escassez de material didático para pessoas cegas e com visão reduzida.

Esse trabalho visa a implementação e manutenção de políticas educacionais e sociais constituídas para garantir a educação da pessoa com deficiência no ensino regular, da Educação Infantil ao Ensino Superior (BRASIL, 1996). Visa também contribuir com a formação continuada de docentes e de funcionários técnico-administrativos que atuam na educação.

A fim de alcançar esses objetivos, a equipe do PEE tem participado do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Acessibilidade Municipal, da Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual. Também participa das discussões, análises e ações que contribuem para garantir os direitos educacionais e sociais desta demanda na sociedade regional, junto à Assessoria de Políticas Públicas e Promoção Social da Pessoa com Deficiência, Agência do Trabalhador, Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação. Assim, as ações do PEE extrapolam o *locus* universitário.

Para o ano de 2005, tem-se como metas as seguintes ações:

- articulação com organizações para o desenvolvimento de projetos por meio da realização de seminários, debates, palestras, objetivando conscientizar sobre a importância da formação escolar para a dignidade da pessoa com deficiência e reflexões sobre o significado de sua participação política;
- organizar e instalar as Bancas Especiais no concurso vestibular nos *campi* da UNIOESTE mediante locais e mobiliário adaptados, provas ampliadas, bancas com leitor, com intérprete de LIBRAS e com outros apoios necessários, materiais específicos como lupas, gráficos em relevo, máquina *PERKINS*, programa *DOSVOX* e outros, além da divulgação junto à comunidade externa sobre as Bancas Especiais;
- manutenção do programa de apoio a acadêmicos com necessidades especiais na Universidade, por meio da adaptação de material de estudo de acordo com as necessidades dos alunos, da promoção de ações de acessibilidade física nas dependências da instituição e no seu entorno. Além de orientações a professores e alunos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência;
- criação de uma comissão para elaboração de um projeto de acessibilidade para a UNIOESTE;
- rearticulação junto às IES do Paraná sobre a retomada do Fórum de discussão das IES sobre a Educação Especial;
- apoio ao desenvolvimento de *software* educacional juntamente com o Núcleo de Inovações Tecnológicas (NIT);
- elaboração de material informativo (panfletos, *folders*, cartilhas etc.) sobre a pessoa com deficiência;
- promoção de cursos de orientação sobre como relacionar-se com pessoas com deficiência junto a funcionários, alunos e professores da instituição;
- apoiar o ingresso e permanência de professores e funcionários com necessidades especiais na Universidade;
- assessoramento à comissão de avaliação de estágio probatório relacionado aos funcionários com deficiência da Universidade;
- contribuir para viabilizar ações para ingresso e permanência de pessoas com deficiência no desenvolvimento de estágio extra-curricular na Universidade;

- discutir a criação e reestruturação de cursos de graduação e/ou pós-graduação com a finalidade de incluir disciplinas ou tópicos de estudo sobre Educação Especial, e
- organizar e cadastrar o acervo bibliográfico do PEE.

Todas as ações desenvolvidas e as programadas para o exercício de 2005 objetivam dar apoio ao ingresso, à permanência e à terminalidade escolar das pessoas com deficiência na graduação e pós-graduação dos cursos ofertados pela UNIOESTE.

É necessário mencionar, com relação aos acadêmicos cegos ou com visão reduzida, que a garantia para seu acesso ao conhecimento até o momento está concretizada. Já para atender as necessidades de dois acadêmicos surdos, a Universidade realizou em julho de 2005 um teste seletivo para professores colaboradores para exercerem a função de intérpretes de LIBRAS.

Perspectivas do PEE na UNIOESTE

Sobre o PEE, cabe agora procurar avaliar suas perspectivas em médio prazo. Se nos últimos anos, foi possível consolidar os apoios oferecidos, com o ingresso de um número considerável de alunos com deficiência – especialmente constituído de pessoas cegas ou com visão reduzida, em razão de uma demanda reprimida – a partir deste momento outro desafio central se impõe como estratégia para a sua sobrevivência: continuar despertando e atraindo o interesse das pessoas com deficiência pela universidade pública.

Se por um lado, na última década, as universidades públicas federais e estaduais sofreram um desgaste grande, acusadas de ineficientes e de oferecer uma educação de qualidade duvidosa – ocasionado principalmente pela campanha de ofensiva neoliberal patrocinada pelo “bloco no poder”, fração da classe dominante que controla o Estado brasileiro – por outro, contraditoriamente, criou-se o mito de que a prova do concurso vestibular da UNIOESTE é difícil pelo seu conteúdo e metodologia, o que tem afastado a maioria dos candidatos com deficiência, dos vestibulares nos últimos dois anos. Não cabe aqui analisar tal argumento em toda a sua extensão e variáveis, mas considerar suas possíveis consequências, enquanto elemento dificultador para o ingresso das pessoas com deficiência, como alunos, nos quadros da UNIOESTE.

Não bastando a baixa qualidade da educação oferecida à população em geral, as pessoas com deficiência que conseguiram concluir o processo de

escolarização seguindo a sequência já indicada, com algumas exceções, chegaram ao final deste ciclo de estudos com uma defasagem considerável em comparação com os demais alunos, principalmente pela falta de condições em termos de recursos didático-pedagógicos necessários à apropriação dos conhecimentos.

Em situação ainda pior encontram-se aquelas pessoas que não conseguiram fazer o processo normal de escolarização, precisando recorrer aos cursos supletivos ou aos chamados exames de massa, criados mais com a preocupação da certificação e dos números estatísticos, do que propriamente com o objetivo de transmitir os conteúdos científicos aos alunos, de modo a que pudessem ser aprovados numa prova de vestibular preocupada com a qualidade da educação.

Não se pode negar que a criação e ampliação de universidades particulares, sobretudo nas últimas duas décadas, ampliaram as oportunidades de acesso ao ensino superior, inclusive para as próprias pessoas com deficiência. Tal possibilidade tende a se ampliar ainda mais, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que atinge também este segmento social.

Outro fenômeno que merece ser observado é a criação, nos últimos anos, no imaginário social, da idéia de que é mais fácil ser aprovado no vestibular das universidades particulares do que no das universidades públicas. Influenciadas por este argumento, as pessoas com deficiência também acabam preferindo fazer o vestibular nas universidades particulares em busca de condições mais facilitadas de acesso, mesmo conscientes das dificuldades de permanência em razão do não atendimento às suas necessidades, o que vem acontecendo de forma freqüente. Diante desta constatação, o objetivo principal do PEE – a garantia do acesso e permanência do aluno – precisa se voltar também para outras atividades.

Na atual conjuntura educacional, talvez uma tarefa fundamental para o PEE, seja a necessidade de ampliar ainda mais a discussão sobre a educação dessas pessoas, antes mesmo da sua possível chegada à universidade.

A UNIOESTE, certamente, não tem meios de intervir de imediato e mudar a realidade da educação básica, inclusive, e principalmente, aquela ofertada às pessoas com deficiência. Talvez fosse necessário pensar alguma alternativa de caráter suplementar, executada na forma de cursos preparatórios ao vestibular, de modo a prepará-las para o desafio do exame. Tal encaminhamento demandará o aprofundamento da relação do PEE com os movimentos sociais das pessoas com deficiência e com as escolas dos outros níveis de ensino, objetivando despertar a consciência sobre a importância da educação na vida dessas pessoas.

A educação não deve ser entendida como a “chave para o sucesso”, ou um “tesouro a descobrir”, mas ela é necessária tanto na perspectiva profissional, como na busca da inserção social (DELORS, 2004).

Também na expectativa de avançar no debate, outro desafio já enfrentado, mas que precisa ser aprofundado, diz respeito ao processo de apropriação dos conhecimentos por parte das pessoas surdas. Se no início da constituição do PEE, os argumentos sobre as dificuldades estavam mais voltados para os cegos, pela sua maior presença, hoje, dado também ao ingresso dos surdos, isto se inverteu.

Não se trata de estabelecer paralelo entre esses dois segmentos – cegos/surdos – com características e necessidades bem diferentes do ponto de vista da apropriação da cultura. Apesar de as pessoas com deficiência terem sido concebidas como com as mesmas características e necessidades, na verdade é necessário estabelecer essas diferenças. Para tanto é necessário compreendê-las à luz da história, que foi marcada por extermínio, exclusão, segregação, caridade e assistencialismo (BLANCHETTI, 1998). Na verdade, sem pretender ressaltar as dificuldades constatadas na relação professor-aluno surdo, tanto na sala de aula como no espaço da universidade, existem alguns pontos que vêm se revelando objeto de acaloradas discussões, até mesmo no interior do PEE.

Os pontos, objeto das discussões, envolvem concepções divergentes quanto ao método mais apropriado de educação para os surdos, escola comum ou escola especial, a aquisição da língua portuguesa escrita ou a ênfase na LIBRAS como língua “própria” dos surdos. Neste debate, está presente uma questão que não envolve somente as pessoas surdas. Tanto os surdos que passaram pela escola comum, como os que passaram pela escola especializada, têm chegado à universidade, em nossa região – oeste do estado do Paraná –, sem o domínio da língua portuguesa escrita.

A garantia do profissional intérprete, até o momento, não tem sido suficiente para assegurar aos surdos o acesso aos conhecimentos científicos, que deve ser o principal compromisso da universidade.

A discussão sobre o ingresso e permanência das pessoas com deficiência torna-se ainda mais relevante e necessária porque, como historicamente aconteceu com a educação especial – ou com os serviços e programas direcionados para atender necessidades específicas educacionais desse segmento –, dois tipos de movimentos acabaram produzindo efeitos danosos que precisam ser enfrentados com mais rigor e vigor dentro da academia.

Uma análise mais cuidadosa leva à conclusão de que a universidade não só se apropriou, como reforça e amplia o modelo da educação especial herdado dos outros níveis de ensino, pois em suas práticas continua se ressaltando a diferença, a característica do defeito como justificativa para não considerar o aluno com deficiência como parte da turma, como alguém que deve estar sob a responsabilidade do professor e do conjunto da universidade. Em regra, constata-se que o aluno com deficiência continua sendo um “problema” do Programa de Educação Especial, visto como algo à parte. Apesar do esforço já empreendido, com o objetivo de desfazer este entendimento ainda impregnado na consciência coletiva da universidade, muito ainda se precisa avançar.

Nesse caso, um dos grandes desafios para o PEE é compreender e atuar na seguinte contradição: de um lado, há um movimento tensionando para o isolamento do PEE e dos acadêmicos com deficiência; de outro, no sentido inverso, deve ser reforçado o movimento do PEE e dos alunos com deficiência, tensionando-se agora no sentido de ampliar, de se inseri-lo cada vez mais no conjunto da universidade, intensificando os debates e estudos sobre a problemática que envolve as deficiências.

A UNIOESTE desenvolveu e acumulou nos últimos anos, uma experiência considerável com relação ao acesso e permanência de alunos com deficiência nos seus diversos cursos e nos diferentes *campi*, a ponto de se tornar uma referência no Estado. Isso, sem dúvida, tem sido importante e necessário como forma de assegurar às pessoas com deficiência o direito de cursar o ensino superior.

No entanto, talvez o principal e maior desafio do PEE, nesta fase, seja intensificar os esforços para se constituir num grupo de pesquisa. Nesse sentido, além das diversas publicações do Programa nos eventos acadêmicos da área, outros dois projetos mais arrojados encontram-se em andamento: os estudos sobre a obra *Defectologia* (VIGOTSKI, 1997) e a elaboração do projeto para o curso de Pós-graduação em Educação Inclusiva.

Considerações finais

Como conclusão, deve-se ressaltar que o Programa de Educação Especial da UNIOESTE só conseguiu atingir o estágio em que se encontra graças à sua articulação com os movimentos sociais das próprias pessoas com deficiência, organizadas por meio de suas diferentes associações representativas no Fórum Municipal em Defesa dos Direitos deste segmento. É fundamental que os programas desta natureza, criados nas universidades públicas ou particulares, além

de assegurarem o acesso e a permanência dos acadêmicos na universidade, possam também contribuir na formação de sujeitos críticos de pleno valor educacional e social, rompendo com a idéia da sua inutilidade ainda arraigada na sociedade, reforçada inclusive por setores da Educação Especial e do ensino regular.

Notas:

- 1 Membro do grupo de pesquisa Inteligência Artificial. Mestre em Engenharia de Produção (UFSC), Psicólogo do Centro de Reabilitação da UNIOESTE. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR. – Subgrupo de Educação da Pessoa com Deficiência e do Grupo de Pesquisa Inteligência Artificial.
- 2 Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE. Doutoranda em Educação Especial (UFRGS).
- 3 Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR — Subgrupo de Educação da Pessoa com Deficiência e Conselheiro da ACADEVI (Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual). Coordenador do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Especialista em Fundamentos da Educação (UNIOESTE). Professor colaborador do Curso de Pedagogia da UNIOESTE, Professor Pedagogo da SEED/PR.
- 4 Membro do grupo de pesquisa Aprendizagem e Ação Docente. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE., Coordenadora do Centro Regional de Apoio Pedagógico Especializado CRAPE/SEED/PR., Membro do GPAAD – Grupo de Pesquisa Aprendizagem e Ação Docente, da UNIOESTE.
- 5 Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR – Subgrupo de Educação da Pessoa com Deficiência. e Coordenadora Executiva da ACADEVI (Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual), Conselheira Municipal da Assistência Social do Município de Cascavel. Especialista em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Educação Especial pelo IBPEX. Coordenadora do Programa de Educação Especial da UNIOESTE.

- 6 23 alunos distribuídos em alunos matriculados + pós-graduandos/especializando + três alunos que adquiriram visão reduzida no decorrer da graduação.
- 7 Apenas os candidatos com deficiência, gestantes, casos de amamentação, acidentados, síndrome do pânico e outros casos com necessidade de banca especial é que realizaram concurso vestibular com banca especial.

Referências

- BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Org.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.1793 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>>. Acesso em: jun. 2005.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 248, 20 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Dispõe a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp/pdf/dec3298.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2005.
- BUENO J. G. S. *Educação especial brasileira: a integração-segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ, 1993.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, D. T. (Org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. *Regulamento do programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais – PEE*.

Cascavel, 2005. Disponível em: < http://www.unioeste.br/pee/m_gra/reg.html >. Acesso em: mar. 2005.

VIGOTSKI, L. S. *Fundamentos de defectologia*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. (Obras completas, v. 5).

Dorisvaldo Rodrigues da Silva

UNIOESTE, Rua Universitária, 1619, Tel.: (45) 3220-3222/
3222-8005 – E-mail: drsilva55@yahoo.com.br

Elisabeth Rossetto

UNIOESTE, Rua Universitária, 1619, Tel.: (45) 3220-3281/
3227-8150 – E-mail: erosseto@unioeste.br.

Enio Rodrigues da Rosa

UNIOESTE, Rua Universitária, 1619, Tel.: (45) 3220-3281/
3228-2264 – E-mail: enio.ros@pop.com.br

Jane Iacono Peruzo

UNIOESTE, Rua Universitária, 1619, Tel.: (45) 3220-3281/
3226-3041 – E-mail: janeperuzo@brturbo.com.br

Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da Silva

UNIOESTE, Rua Universitária, 1619, Tel. (45) 3220-3281/ **Recebido em:** 05/08/2005
3222-8005 – E-mail: peeunioeste@yahoo.com.br **Aprovado em:** 10/12/2005